



1 ATA da 147ª Reunião – **Primeira** reunião extraordinária da Comissão de Intergestores Regional  
2 Noroeste Mato-grossense, realizada no **décimo quinto** dia do mês de **junho** do ano de dois mil e  
3 quatorze, no Escritório Regional de Saúde de Juína. Após a **conferência de quorum**, a reunião foi  
4 aberta as quinze e horas e conduzida pela Coordenadora da CIR NO Ana Paula Marques Schulz.  
5 Estiveram presentes: Júnior Antônio Dalpiaz, Secretário Municipal de Saúde de **Aripuanã**; Nilson  
6 Kokojiski Secretário Municipal de Saúde de **Brasnorte**; Sônia Aparecida Pereira, Secretária Municipal  
7 de Saúde de **Castanheira**; Paulino Alves de Carvalho, Secretário Municipal de Saúde de **Cotriguaçu**;  
8 Agostinho Bespalez Filho, Secretário Municipal de Saúde de **Juína** e Greicyleine da Consolação  
9 Domingos Henrique, Secretária Municipal de Saúde de **Juruena**, representando a SES/MT-  
10 ERS/JUINA: Ana Paula Marques Schulz, Juciane Alves da Silva, Nara Denise Anéas Mattioni, Leda  
11 Maria de Souza Villaça, Geise Aparecida de Carvalho Vaz, Humberto Nogueira de Moraes, Ivanete  
12 Márcia Wiebbelling Pagnussat e Susan Dignart Ferronato, Secretária Executiva da CIR NO. Ana Paula  
13 iniciou a reunião informando que a pauta foi solicitada pelo Vice Presidente Regional do COSEMS,  
14 tendo em vista a **Inspeção Sanitária no Hospital Municipal de Juína**, demandada pelo Ministério  
15 Público - MP e que resultou na interdição do Centro Cirúrgico e Sala de Recuperação Pós Anestésico.  
16 Passou-se então à discussão da pauta. Agostinho informou que os problemas são reportados desde o ano  
17 de dois mil e seis com menções em dois mil e oito, dois mil e nove, resultando em uma interdição no  
18 ano de dois mil e onze, quando foi realizada uma reforma. Ressaltou que é importante que se tenha  
19 ciência de que foi uma reforma precária, com problemas desde a fase de aterro, sem vigas de reforço nos  
20 cantos e que resultou nas rachaduras, considerando-se que o aterro está cedendo. Agostinho em sua fala,  
21 relatou que após a inspeção foi realizada uma reunião com o Ministério Público onde foram tomadas  
22 decisões cabíveis e corretas. Segundo Agostinho, o MP convocou para a elaboração de um Termo de  
23 Ajustamento de Conduta – TAC, onde foi reconhecido o papel da VISA na garantia das condições  
24 necessárias para a segurança na oferta dos serviços. Contudo o TAC não seria assinado e a Secretaria  
25 cogitou impetrar um Mandado de Segurança na justiça, considerando a situação. Segundo ele, a  
26 arquiteta que avaliou as condições da obra considerou que seria melhor demolir a edificação do Centro  
27 Cirúrgico - CC e iniciar uma nova construção, conforme as normas de segurança e sanidade. Esta  
28 condição dilatava o prazo para o CC entrar novamente em funcionamento. Considerando os erros  
29 pregressos, o tempo de reforma e ou construção será maior, o que acarretará maior custo na compra de  
30 serviço terceirizado pelo município. O COSEMS aguarda um posicionamento da CIR Regional, pois  
31 necessita do documento para solicitar o parecer e a posição do Estado sobre o problema, considerando  
32 também a situação dos demais hospitais da região. O secretário informou que processo foi iniciado pelo  
33 MP no ano de dois mil e seis, sendo que foi acionado por um vereador. No ano de dois mil e nove  
34 também foi iniciado por um parlamentar, que freqüentemente demandam sem conhecimento. Agostinho  
35 informou que o processo atual já conta com mais de duas mil páginas. Neste ano, os médicos foram  
36 oficiados pelo MP e emitiram algumas opiniões que são políticas, buscando melhores condições de  
37 trabalho e financeiras, não cogitando a interdição. Afirmou ainda o secretário, que quando uma inspeção  
38 é programada a VISA faz o trabalho dela e manifestou a intenção de denunciar as demais Unidades de  
39 saúde do município que também não estão dentro das condições prescritas pela VISA, sendo que a  
40 Unidade de Pronto Atendimento também não tem planta aprovada. Há uma certa convivência que tem a  
41 ver com a continuidade da prestação dos serviços. Com a interdição do Centro Cirúrgico, o município se  
42 viu na contingência de adquirir os serviços no setor privado para as suas cirurgias de emergência  
43 fornecendo a equipe e utilizando apenas o espaço físico, ainda assim o custo vai para R\$ 1.500,00 (mil e





44 quinhentos reais) para cirurgias ortopédicas e R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) para as demais. Do  
45 momento da interdição até o atual já foram realizadas trinta e seis cirurgias, o que onera grandemente o  
46 município. A posição do COSEMS é de que o município não pague a conta sozinho, nem tampouco os  
47 municípios da região que referenciam para Juína, o Estado terá que contribuir. Parte dos recursos dos  
48 municípios da região vai para o município de Cuiabá que só está recebendo os pacientes para exames  
49 para diagnóstico por imagem. Houve notícia de construção de um hospital regional em Tangará da  
50 Serra, que é polo da macrorregião, contudo ainda é distante e oneroso para os municípios da região  
51 noroeste e pode não contar com a disponibilidade de leitos para todos. Agostinho propôs a elaboração de  
52 um documento solicitando o apoio e providências para financiar as cirurgias e estruturação do  
53 atendimento hospitalar para a região. Os projetos de construção de hospitais vão sofrer influência da  
54 reforma política se forem aprovados os cinco anos de mandato sem reeleição, sendo que os projetos não  
55 serão finalizados na gestão do candidato eleito, não se tornando atrativos. Agostinho considerou que  
56 Sônia e Paulino tem acompanhado as reuniões dos grupos de trabalho, onde tem sido manifestada a  
57 preocupação que a região não recebe visitas dos Secretários de Estado que não conhecem as condições  
58 dos municípios da região, das distâncias e condições de acesso, o que gera equívocos nos  
59 encaminhamentos. Nilson informou que também já fez o convite, contudo ainda não houve esta visita.  
60 Agostinho considerou que as Centrais de Regulação também precisam de apoio, sendo recusadas  
61 regulações com o argumento que não pode atender e o município tem que “se virar”, mas como fará isso  
62 sem Centro Cirúrgico? Neste período já foram atendidas oito crianças com apendicite. O município de  
63 Juína tem uma planta de hospital aprovada, porém o valor para a execução do projeto é oito milhões e o  
64 município não conta com este recurso. Nara informou que é uma planta ampla e que atende as demandas  
65 da região quanto ao número de leitos e a legislação vigente. Agostinho informou que houve ainda uma  
66 recomendação da VISA de diminuir o número de leitos, o que agrava ainda mais a situação. Nilson  
67 indagou se não há uma forma de mobilizar emendas parlamentares para a construção, contudo foi  
68 levantada a questão dos cortes de recursos para a saúde no nível federal. Júnior propôs que ainda assim  
69 seja feita uma reunião com os deputados para discutir a situação do hospital. Nara considerou que há  
70 uma vontade da VISA estadual de agilizar os processos, sendo que uma reforma poderia ser no prazo de  
71 quarenta e cinco a sessenta dias; porém, se for demolir e reconstruir todo o Centro Cirúrgico – CC  
72 levará mais tempo. Agostinho manifestou que não é provável que a elaboração e aprovação de uma  
73 planta para o CC fique pronta em dez dias e que uma reforma demoraria em torno de noventa dias e uma  
74 construção iria até o ano que vem. Os documentos têm que ser claros se é reforma ou construção.  
75 Ivanete solicitou esclarecimentos sobre o mandado de segurança. Nara considerou que, se o CC  
76 interditado pela VISA for utilizado, o município estará assumindo os riscos decorrentes das condições  
77 encontradas para a interdição e Leda considerou que as rachaduras devem ser vistas como fontes de  
78 contaminação, portanto a saída é realizar uma nova obra, com financiamento tripartite. Segundo Leda, o  
79 recurso deve ser solicitado, pois é obrigação constitucional. Foi oferecido pelos gestores, de Castanheira  
80 e Brasnorte a utilização dos CC dos municípios dos hospitais municipais, contudo implicaria no  
81 deslocamento dos profissionais de Juína para a realização dos procedimentos. Leda considerou que deve  
82 ser feito o atendimento e deve ser definido quem pagará a conta, sendo que os pares dos municípios têm  
83 que apoiá-lo levando as questões aos seus deputados também. Ana Paula esclareceu sobre a audiência  
84 pública em Tangará da Serra em que foi divulgada a notícia da construção de um hospital regional. A  
85 divulgação foi feita por um deputado e não é a posição da SES e o Secretário de Estado de Saúde nem  
86 estava presente, sendo representado pela equipe. Quanto ao mandado de Segurança, há legislações que





87 dispõe sobre o tema. Nara considerou que um mandado de segurança pode enfraquecer a argumentação  
88 da solicitação dos recursos para a solução mais efetiva dos problemas. Deveria ser solicitados recursos  
89 para o pagamento dos procedimentos realizados com os CC da rede privada e apoio para construir ou  
90 reformar. Leda afirmou que o Estado tem que estar ciente dos problemas e levá-los às instâncias de  
91 definição política de alocação de recursos. Maria Rosa também considerou que devem ser ressaltadas as  
92 condições geográficas e de acesso na região. Júnior também disponibilizou o CC de seu município -  
93 Aripuanã, porém persiste o problema de deslocamento dos profissionais e dos pacientes. Agostinho  
94 levantou o problema dos recursos pactuados pelos municípios que vem para Juina por ser referência e  
95 que não poderão ser executados no momento. Juciane informou que o prazo para realizar os  
96 remanejamentos vai até o dia trinta de junho e que o fluxo envolve a CIB/MT e a CIT e o  
97 reconhecimento financeiro (com uma portaria do MS) demoraria noventa dias e que os recursos  
98 continuarão sendo recebidos até uma eventual repactuação. Foi indagado se é possível devolver os  
99 recursos e Juciane informou que não tem conhecimento de um caso de restituição. Maria Rosa  
100 considerou que poderia ser feito um acordo e serem fornecidos outros serviços para compensar, ou ainda  
101 serem fornecidos os serviços de Urgência e Emergência na rede privada e os eletivos serem agendados  
102 para um momento posterior. Foi indagado se não haveria a possibilidade de flexibilização do prazo para  
103 a revisão da PPI e Juciane se comprometeu em verificar junto à SES, contudo reforça que ainda assim  
104 leva noventa dias para entrar em vigência. Ivanete indagou se não poderia ser feito um contrato de  
105 locação do CC com a rede privada e Agostinho informou que para isso teria que ser uma unidade  
106 habilitada no SUS e isso o setor privado não quer por causa da tabela SUS. Junior Considerou que  
107 poderia ser feito via consórcio, pois em Sorriso a unidade é habilitada, paga pelo SUS e complementa  
108 com o consórcio, porém nesta região não se consegue que rede privada queira se habilitar. Leda  
109 considerou que é necessário decretar estado de emergência que permite a mudança das condições de  
110 negociação e Agostinho informou que isto já foi feito e que a posição da promotoria é de que o  
111 município tem que pagar os serviços. Foi levantada a possibilidade de se convocar a Força Nacional de  
112 Saúde, conforme o Decreto número 7.616 (sete mil seiscentos e dezesseis), de dezessete de novembro de  
113 dois mil e onze, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância  
114 Nacional - ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde - FN-SUS, contudo o decreto  
115 só é aplicável a situações onde a desassistência à população ocorre por desastre. Desta forma, *foi*  
116 *definido por consenso* que sejam encaminhadas à CIB/MT, as proposições do Estado realizar o  
117 financiamento dos procedimentos na rede privada em conjunto com o Município e do Estado apoiar e  
118 tomar providências para a identificação e obtenção dos recursos necessários para a construção de uma  
119 nova unidade hospitalar no município, de acordo com as normas sanitárias. Nara considerou que a  
120 situação de Juina deve ser um alerta para os demais municípios, pois as inspeções estavam suspensas no  
121 estado, mas foram retomadas. Quando a VISA chega para uma inspeção é como fiscal sanitário e os  
122 municípios não sobrevivem sem os seus hospitais e o que se observa são muitas reincidências nos  
123 processos. Nara reforçou que a planta é vista pelos gestores como uma burocracia, porém é concebida  
124 para definir fluxos, que conferem segurança do paciente e a redução das possibilidades de contaminação  
125 por isso a planta baixa aprovada e construída conforme aprovação se torna tão importante. Ana Paula  
126 informou que o hospital de Alta Floresta também foi inspecionado pela VISA, acionada pelo MP, tendo  
127 em vista um alto número de óbitos e a justiça está acionando também o Estado por conivência.  
128 Mencionou também, o problema de Juruena na habilitação de seu hospital para laqueaduras e  
129 vasectomias, decorrente das condições do hospital junto à VISA. Ana Paula considerou a situação da







# 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL NOROESTE MATO-GROSSENSE - CIR NO - DO ESTADO DE MATO GROSSO

|  |
|--|
| LOCAL: Escritório Regional de Saúde de Juína |
| DATA: 15 de junho de 2015                    |
| HORÁRIO: 15:00 horas                         |
| REUNIÃO Nº 147                               |

| MESA DE CONDUÇÃO DOS TRABALHOS |   |  |
|--------------------------------|---|--|
| Ana Paula Marques Schulz       | Coordenadora da CIR NO/ MT              |  |
| Agostinho Bespalez Filho       | Vice Regional do COSEMS/MT<br>SMS Juína |  |
| Susan Dignart Ferronato        | Secretária Executiva da CIR NO          |  |

| GESTORES MUNICIPAIS                        |             |            |
|--|-------------|------------|
| TITULARES                                  | SMS         | ASSINATURA |
| Júnior Antônio Da Luz                      | Aripuanã    |            |
| Nilson Kokojiski                           | Brasnorte   |            |
| Sônia Aparecida Pereira                    | Castanheira |            |
| Marlucio Lima Paes                         | Colniza     |            |
| Paulino Alves de Carvalho                  | Cotriguaçu  |            |
| Greicylene da Consolação Domingos Henrique | Juruena     |            |
| SUPLENTE                                   | SMS         | ASSINATURA |
| Márcia Nantes Brito                        | Aripuanã    | _____      |
| Cláudio Dantas da Silva                    | Brasnorte   | _____      |
| Stella Costa da Silva                      | Castanheira | _____      |
| Jaqueline Martins de Souza                 | Colniza     | _____      |
| Tânia Cristina Cardoso Eufrásio            | Cotriguaçu  | _____      |
| Mara Lúcia Duarte                          | Juína       | _____      |
| Muniz Nazaré dos Santos                    | Juruena     | _____      |





PAUTA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES  
REGIONAL NOROESTE MATO-GROSSENSE – CIR NO 2015.

REUNIÃO Nº 147

DATA: 15 de Junho de 2015

LOCAL: Escritório Regional de Saúde de Juína

HORÁRIO: 15:00 horas

I - CONFERÊNCIA DE QUORUM - ABERTURA

Conferência de quórum  
Abertura

II – APROVAÇÃO DE ATAS

| ATA Nº | OBSERVAÇÕES |
|--------|-------------|
|        |             |

III – APRESENTAÇÕES PARA DISCUSSÃO E PACTUAÇÃO.

| Nº | TEMA  | ENCAMINHAMENTO |
|----|---|----------------|
| 01 | Inspeção da Vigilância Sanitária realizada no Hospital Municipal de Juína |                |
| 02 | Encaminhamentos sobre a 5ª reunião ordinária (18/06/2015)                 |                |
| 06 | Devolutiva sobre o Ofício SMS 34/2015 de Colniza                          |                |

IV – PACTUAÇÕES (RESOLUÇÕES CIR NO)

| Nº | EMENTA | ENCAMINHAMENTO |
|----|--------|----------------|
| 01 |        |                |

V – PACTUAÇÕES (PROPOSIÇÕES OPERACIONAIS CIR NO)

| Nº | EMENTA | ENCAMINHAMENTO |
|----|--------|----------------|
| 01 |        |                |

VI - INFORMES

|    |
|----|
| 1. |
| 2. |